



*Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal*

*Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alcochete*

*Exmas. Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores*

*Exmos. Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia*

*Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal*

*Exmos Senhores Autarcas, Convidados e Estimado Público*

Em nome da Bancada da CDU, julgo ser oportuno recordar aqui os pontos históricos que todos nós julgamos conhecer.

Não descrevo nem vejo a História de maneira diferente de vós, pois tenho em mim, uma forte noção do quão importante foram as lutas, a união, a fraternidade, a camaradagem que alinhavaram o nosso percurso, e que fez de nós os cidadãos que somos, a coligação partidária que continuamos a ser.

Nada mudou, nem o que nos caracteriza, nem o laço que nos une. Continuamos os mesmos, na bandeira, no simbolismo da vitória e no fogo da luta.

Este ano assinala-se o 42º Aniversário do 25 de Abril de 1974 e o 40º aniversário da Constituição da República Portuguesa.

São duas datas incontornáveis para evocar a importância que tiveram para a conquista e garantia dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos portugueses.

Estas datas foram o marco da afirmação e da decisão do povo português na defesa da

independência nacional, na garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos, no estabelecimento de princípios basilares da democracia, assegurando o primado do Estado de Direito Democrático e abrindo caminho para uma sociedade socialista com o objetivo maior da construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.

Celebra-se hoje os 42 anos da Revolução dos Cravos, 42 anos da quebra de um dos ciclos mais escuros e difíceis do nosso País. O ciclo fascista! Um ciclo de 48 anos onde o povo português se sujeitou a um regime autoritário de ditadura, instrumentalizada através da PIDE, a famigerada policia política.

Nesta data devemos, todos os anos, celebrar a vitória dos que por nós lutaram, sofreram e morreram! Aqueles que nos levaram aos ideais e aos valores de um Portugal novo!

Graças a eles conseguiu-se o que nós hoje reconhecemos como as grandes conquistas de Abril!

A construção do Estado e do Poder Local democrático, a criação do Sistema Nacional de Saúde, a consagração do direito universal à educação e à cultura, a instituição da Segurança Social Pública, universal e solidária, a liberdade de expressão e de imprensa, com direito à justiça e à garantia da independência dos tribunais.

No plano laboral foi conquistado o direito ao salário mínimo nacional, à contratação coletiva, a dignificação dos salários, dos vínculos e das condições de trabalho, a generalização das férias pagas, ao subsídio de férias e ao 13º mês, à consagração da igualdade dos direitos das mulheres e ao direito à licença de maternidade.

Contudo, ao longo dos últimos anos, assistimos à retirada do que muito foi conquistado através de muita luta. Assistimos a sucessivas revisões que tentaram desvirtuar em vez de aperfeiçoar o que ficou escrito na Constituição Portuguesa. É preciso defender a Constituição Portuguesa, é preciso conhecer de fundo os princípios fundamentais que lá estão vertidos e norteiam as nossas vidas enquanto cidadãos.

Infelizmente nestes últimos quatro anos vimos muitas vezes posta em causa a Lei Fundamental do País.

Assim aconteceu na Saúde com o encerramento de Hospitais, Centros de Saúde e extensões de postos médicos, que serviam as povoações mais isoladas, com a demora nas respostas para consultas de especialidade e cirurgias, com valores de taxas moderadoras que representam um grande peso na capacidade económica das famílias.

Uma degradante falta de respostas de Lares e Centros de Dia para apoio a idosos com pensões e reformas diminutas obrigados a procurar entidades particulares, que

cobram valores exorbitantes, cujas famílias com empregos precários ficam privadas de proporcionar uma vida condigna aos seus progenitores.

Este país é para velhos e também é para novos!

No campo familiar, as famílias vivem o medo e a inconstante realidade dos trabalhos temporários, correndo o risco de um, ou até mesmo os dois membros do agregado caírem no desemprego.

Quando falo de um agregado familiar, com estas dificuldades, não me refiro a uma situação exclusiva desta ou daquela faixa etária, é um problema que começa logo com os jovens licenciados!

Vemos por um canudo as promessas de criação, de um sistema gratuito e universal, com um constante desinvestimento na educação fomentando ainda mais a precariedade, o trabalho temporário, os baixos salários, a falta de condições laborais, as horas extras apontadas no rebordo da folha de horas, para caírem no esquecimento.

Nós, Portugueses temos vivido cada dia, com mais dificuldades para ter uma vida condigna. Aos poucos, foi-nos retirado todo o poder de compra, através de taxas e sobre taxas, IVA's e IRS. Instrumentos que fazem falta na gestão financeira do Estado, mas que necessitam de uma aplicação adequada e contrária à que se tem assistido no últimos anos, onde foi evidente, em especial no governo PSD/CDS, uma pretensão de um povo pobre e limitado, manipulado através da informação que entra pelas nossas casas, que aloca a responsabilidade para o povo e não para quem nos governa.

Temos de continuar a lutar! Não podemos aceitar que continuem a incidir tanto no povo trabalhador e tão pouco sobre o grande capital, mantendo os privilégios dos senhores do dinheiro, da terra e do mando, suportes também do regime fascista - contra os quais se fez a Revolução de Abril.

Num País demograficamente cada vez mais envelhecido, mais marcado pela emigração e desemprego, os impostos sobre a população ativa acabam sempre por serem insuficientes para cobrir os orçamentos.

Não precisamos de mais impostos sobre o povo para pagar mais e mais défices, mas sim de políticas que fomentem o ciclo da economia, que protejam os trabalhadores e a classe operária, que promovam as micro, pequenas e médias empresas. Não precisamos de políticas que promovam as grandes empresas que, cada vez mais, se comprova que a sua preocupação não é com os seus trabalhadores, mas sim, com lucros chorudos e salários milionários de alguns, transferidos na sua grande parte para as propaladas "Off-Shores". Continuamos a assistir a revelações em torno da circulação fraudulenta de capitais e de encobrimentos que asseguram práticas

imorais, ilegais e mesmo criminosas, a começar pela fuga aos impostos por parte dos grandes grupos económicos e financeiros.

Falemos ainda de consequências: baixa taxa de natalidade, ausências de dinâmicas empresariais... mas,... por outro lado, nunca faltou “investimento” na banca, negócios ruinosos para o contribuinte nas Parcerias Público Privadas (PPP), privatizações e mais privatizações, expropriando o que de melhor Portugal tinha para o capital estrangeiro.

Estes foram os principais resultados destas ingerências.

Nos últimos anos os contribuintes pagaram muitos milhões de euros para o BPN, o BES, o Novo Banco, o BANIF ... O Estado adquiriu no BPN a preço de ouro, a dívida privada, nacionalizando e vendendo depois ao “preço da chuva” de novo, aos privados.

Por outro lado, apesar de todas as injustiças que já foram cometidas, das opções que forçaram os contribuintes a pagar os desmandos dos banqueiros nas referidas instituições, o risco do povo ser de novo chamado a pagar a fatura dos prejuízos da banca, continua a ensombrar o nosso futuro coletivo.

As privatizações em Portugal têm tido um só propósito: vender empresas que rendem milhões. Ninguém entende o porquê de se vender empresas lucrativas e cruciais na economia e autonomia do Estado Português. Tais como: os CTT, a TAP, a EDP.

Uma amarga realidade que não estando desligada da evolução da política de direita e de recuperação capitalista das últimas décadas, conheceu nestes últimos anos, particularmente com o governo do PSD/CDS, uma dimensão mais violenta e mais ampla.

No passado mês de outubro, marcou-se uma nova fase da vida política do País. A criação de um conjunto de entendimentos, em consequência de uma nova maioria parlamentar, que permitiu firmar um compromisso e a possibilidade de inverter o rumo das políticas desastrosas que tem sido seguido por sucessivos governos.

Os tempos que vivemos, neste momento que comemoramos o 42º aniversário da Revolução de Abril, ainda não são os de uma clara rutura com a política de direita a que aspiramos, nem estão asseguradas as condições para dar corpo a uma mudança de rumo que afirme os valores de Abril na sua plenitude, mas está aberta uma janela que queremos e tudo faremos para que seja de esperança no desenvolvimento de um caminho capaz de dar resposta e solução aos graves problemas que o País enfrenta.

Passados 40 anos da aprovação da Constituição Portuguesa e celebrando-se hoje os 42 anos do 25 de Abril, Alcochete reafirma os valores neles instituídos e consagra a vontade do Povo Português, de defender a independência nacional, de garantir os seus direitos fundamentais, de estabelecer os princípios basilares da democracia e de

assegurar o primado do Estado de Direito Democrático!

A CDU está e estará sempre ao lado do povo, ao lado dos que trabalham e sonham com um Portugal melhor, mais justo e mais equitativo!

Juntos, lutaremos sempre com o povo e para o povo!

VIVA O 25 DE ABRIL!

VIVA O CONCELHO DE ALCOCHETE!

VIVA PORTUGAL!

25/abril/2016